

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PRODEPA 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PRODEPA

O Conselho Fiscal da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, procedeu a análise das seguintes Demonstrações Financeiras do Exercício Social 2021: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. O Conselho entende que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da PRODEPA, aprovando-as e acompanhando o Parecer da Auditoria Independente, estando, desta forma, em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária. Belém (PA), 21 de março de 2022 – Conselheiros: Fernando Nilson Velasco Júnior, Paulo Sérgio Fadul Neves e Paulo Roberto dos Santos Lima.

BALANÇO PATRIMONIAL		
	2020	2021
ATIVO	66.745.429,56	88.417.178,10
ATIVO CIRCULANTE	43.670.588,80	52.686.584,73
DISPÓNIVEL	17.769.396,66	23.643.704,10
BANCOS CONTA MOVIMENTO	930.298,67	1.196.291,40
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	16.839.097,99	22.447.412,70
CLIENTES	21.672.251,75	21.039.663,56
CONTAS A RECEBER DE ENTIDADES PÚBLICAS	25.574.113,00	24.888.012,95
CONTAS A RECEBER DE ENTIDADES PRIVADAS	59.726,52	113.238,38
(-) PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS	-3.961.587,77	-3.961.587,77
OUTROS CRÉDITOS	2.008.404,44	1.903.571,81
TÍTULOS A RECEBER	856.674,34	856.674,34
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	34.393,46	21.491,83
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	706.044,05	621.267,83
SUPRIMENTO DE FUNDOS	14.678,51	8.067,35
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS	397.105,08	397.105,08
(-) RECEBIMENTOS NÃO IDENTIFICADOS	-491,00	-1.034,62
ESTOQUES	833.187,46	1.183.891,74
ESTOQUES	833.187,46	1.183.891,74
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.387.348,49	4.915.753,52
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	1.387.348,49	4.915.753,52
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.074.840,76	35.730.593,37
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.551.874,15	2.551.874,15
CONTAS A RECEBER	1.168.941,48	1.168.941,48
DEPÓSITOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	1.382.932,67	1.382.932,67
INVESTIMENTOS	13.052,85	13.052,85
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.052,85	13.052,85
IMOBILIZADO	20.342.196,86	33.057.262,71
BENS IMÓVEIS	10.743.459,42	10.743.459,42
BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	250.061,91	250.061,91
BENS MÓVEIS	45.027.707,99	60.704.022,30
(-) DEPRECIações ACUMULADAS	-35.679.032,46	-38.640.280,92
INTANGÍVEL	167.716,90	108.403,66
BENS INCORPÓREOS	5.123.412,47	5.123.412,47
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-4.955.695,57	-5.015.008,81

BALANÇO PATRIMONIAL		
	2020	2021
PASSIVO	66.745.429,56	88.417.178,10
PASSIVO CIRCULANTE	11.289.433,28	12.119.834,62
CONSIGNAÇÕES A RECOLHER	3.658,61	3.658,61
CONSIGNAÇÕES A RECOLHER	3.658,61	3.658,61
FORNECEDORES	1.659.173,35	2.727.249,14
FORNECEDORES	1.703.420,01	2.727.249,14
(-) BENS E SERVIÇOS NÃO RECEBIDOS	-44.246,66	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	389.765,15	705.240,77
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	389.765,15	705.240,77
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	4.238.047,18	4.155.981,16
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	699.091,04	780.466,70
PROVISÕES	3.538.956,14	3.375.514,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES	808.528,74	1.279.357,18
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	157.473,08	163.712,62
ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TELEFONE A PAGAR	1.406,40	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	167.972,40	52.810,00
PARCELAMENTO IMP/ENC SOCIAIS A PAGAR	481.676,86	1.062.834,56
CONVÊNIO E TERMOS DE COOP. TÉCNICAS	4.190.260,25	3.248.347,76
TERMO DE COOP. TÉCNICA - BANPARÁ/ PRODEPA	4.190.260,25	3.248.347,76
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	16.262.717,76	15.183.751,28
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.262.717,76	15.183.751,28
PARCELAMENTO IMP/ENC SOCIAIS A PAGAR	11.166.499,41	10.087.532,93
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	5.096.218,35	5.096.218,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.193.278,52	61.113.592,20
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	29.081.412,99	29.081.412,99
CAPITAL SUBSCRITO	29.081.412,99	29.081.412,99
RESERVAS DE CAPITAL	5.369.846,64	5.369.846,64
RESERVAS DE REAVALIAÇÕES	5.369.846,64	5.369.846,64
RESERVAS DE LUCRO	13.701.477,72	35.381.052,13
RESERVAS DE LUCRO PRÓPRIO	13.701.477,72	35.381.052,13
RESULTADOS ACUMULADOS	-8.959.458,83	-8.718.719,56
RESULTADOS ACUMULADOS	-8.959.458,83	-8.718.719,56

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
	2020	2021
1 – RECEITAS	39.519.949,65	47.040.497,75
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	39.511.008,84	46.818.522,82
1.2) Outras receitas de Serviços Prestados	8.940,81	221.974,93
1.3) Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	23.289.646,50	35.912.931,93
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	16.231.399,85	29.938.192,64
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.058.246,65	5.974.739,29
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	16.230.303,15	11.127.565,82
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.435.025,70	3.020.561,70
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	13.795.277,45	8.107.004,12
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	57.683.758,63	82.244.342,63
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00
6.2) Receitas financeiras	190.425,57	511.519,09
6.3) - Subvenções para Custeios	50.937.001,95	55.287.752,25
6.4) - Subvenções para Investimentos	6.553.916,01	26.426.195,66
6.5) - Outras	2.415,10	18.875,63
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	71.479.036,08	90.351.346,75
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	71.479.036,08	90.351.346,75
8.1) Pessoal	55.738.871,89	58.981.718,92
8.1.1 – Remuneração direta	43.535.449,58	46.194.583,40
8.1.2 – Benefícios	8.899.880,05	9.518.273,97
8.1.2.1 - Reembolso de Assistência à Saúde	3.481.209,73	3.942.909,37
8.1.2.2 - Auxílio Educação	198.823,27	190.588,40
8.1.2.3 - Auxílio Enfermidade	57.338,69	13.587,22
8.1.2.4 - Auxílio Alimentação	5.016.722,59	5.088.340,16
8.1.2.5 - Seguro de Vida	37.314,10	197.778,00
8.1.2.6 - Auxílio Funeral	36.545,00	11.000,00
8.1.2.7 - Auxílio Transporte	71.926,67	74.070,82
8.1.3 – F.G.T.S	3.303.542,26	3.268.861,55
8.2) Impostos, taxas e contribuições	9.182.405,32	9.690.053,42
8.2.1 – Federais	15.027.778,22	15.295.629,60
8.2.2 – Estaduais	271.175,62	206.900,71
8.2.3 – Municipais	2.015.547,38	2.391.843,38
8.2.4 – Sindicatos e Órgãos de Classe	43.600,45	44.910,46
8.2.5 - Estornos de Impostos, Taxas, Contribuições - Vendas Canceladas	-8.175.696,35	-8.249.230,73
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	0,00	0,00
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	6.557.758,87	21.679.574,41
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	6.557.758,87	21.679.574,41

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Método Indireto		
	2020	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.959.258,12	24.940.875,38
Lucro Ajustado	6.557.758,87	21.679.574,41
Lucro líquido do exercício	2.435.025,70	3.020.561,70
(+) Depreciação/Amortização	240.739,27	302.052,13
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.641.964,20	-3.141.688,49
Varições nos Ativos	-2.515.134,09	632.588,19
Contas a receber	0,00	0,00
Prov. Devedores Duvidosos	0,00	0,00
Títulos a receber	-25.664,15	12.901,63
Adiantamentos Diversos	-261.995,37	84.776,22
Tributos a compensar	-14.282,51	6.611,16
Suprimento de Fundos	-346.045,26	0,00
Depósitos Restituíveis	491,00	543,62
Recebimentos não identificados	34.006,48	-350.704,28
Estoques	-1.376.966,01	-3.528.405,03
Despesas Pagas Antecipadamente	-136.374,29	0,00
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	-3.007.259,38	-248.565,14
Varições nos Passivos	-275.745,05	0,00
Consignações a recolher	-1.574.755,37	1.068.075,79
Fornecedores	-3.175,65	315.475,62
Obrigações Tributárias	330.199,22	81.375,66
Obrigações Com Pessoais	338.136,27	-163.441,68
Provisões	487.305,37	470.828,44
Outras Contas a Pagar	-1.402.248,93	-941.912,49
Termo de Coop. Técnica Banpará/SECTI/PRODEPA	-906.975,24	-1.078.966,48
Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	1.310.034,54	21.550.621,75
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-1.031.849,61	-15.676.354,31
Compra de Imobilizado/Intangível	60.602,60	40,00
Baixas e Estornos no Imobilizados	-971.247,01	-15.676.314,31
Disponibilidades Geradas pelas Atividades de Investimentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	338.787,53	5.874.307,44
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-
Disponibilidades Geradas pelas Atividades de Financiamentos	338.787,53	5.874.307,44
FLUXO DE CAIXA NO EXERCÍCIO	8.959.258,12	24.940.875,38
Saldo Final das Disponibilidades	17.769.396,66	23.643.704,10
(-) Saldo Inicial das Disponibilidades	-17.430.609,13	-17.769.396,66
Varição das Disponibilidades	338.787,53	5.874.307,44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Reservas de Reavaliações	Lucros e Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reservas de Incentivos Fiscais	Terrenos/Edificações		
Saldo em 31/12/2020	29.081.412,99	13.701.477,72	5.369.846,64	-8.959.458,83	39.193.278,52
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00		0,00	240.739,27	240.739,27
CONSTITUIÇÃO DE RES. INCENTIVOS FISCAIS	0,00	21.679.574,41	0,00	-21.679.574,41	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00		0,00	21.679.574,41	21.679.574,41
Saldo em 31/12/2021	29.081.412,99	35.381.052,13	5.369.846,64	-8.718.719,56	61.113.592,20

Histórico	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Reservas de Reavaliações	Lucros e Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reservas de Incentivos Fiscais	Terrenos/Edificações		
Saldo em 31/12/2019	29.081.412,99	7.147.561,71	5.369.846,64	-8.929.775,24	32.669.046,10
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-33.526,45	-33.526,45
CONSTITUIÇÃO DE RES. INCENTIVOS FISCAIS	0,00	6.553.916,01	0,00	-6.553.916,01	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	6.557.758,87	6.557.758,87
Saldo em 31/12/2020	29.081.412,99	13.701.477,72	5.369.846,64	-8.959.458,83	39.193.278,52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	2020	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	39.519.949,65	47.040.497,75
<i>Serviços Prestados</i>	39.519.949,65	47.040.497,75
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-5.346.523,52	-6.258.217,40
<i>Cancelamentos de vendas</i>	-	-10.337,60
<i>Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas</i>	-5.346.523,52	-6.247.879,80
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34.173.426,13	40.782.280,35
(-) CUSTOS DO SERVIÇO	-57.926.535,70	-73.804.871,20
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-23.753.109,57	-33.022.590,85
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	-26.082.428,78	-27.535.986,89
<i>Despesas Gerais Administrativas</i>	-25.995.976,84	-27.127.317,02
<i>Outras despesas</i>	-86.451,94	-408.669,87
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	-1.100.035,84	505.328,61
<i>Despesas Financeiras</i>	1.290.461,41	-6.190,48
<i>(-) Receitas Financeiras</i>	-190.425,57	511.519,09
OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	57.493.333,06	81.732.823,54
<i>Subvenções para Custeios</i>	50.937.001,95	55.287.752,25
<i>Subvenções para Investimentos</i>	6.553.916,01	26.426.195,66
<i>Outras Receitas Operacionais</i>	2.415,10	18.875,63
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL / LUCRO	6.557.758,87	21.679.574,41
(-) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	-	-
<i>Imposto de Renda PJ - IRPJ</i>	-	-
<i>Contribuição Social Sobre Lucro -CSLL</i>	-	-
* (=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.557.758,87	21.679.574,41
Lucros ou Prejuízos por Ação	13,12	43,36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2021

(Expressas em Reais) - CONTEXTO OPERACIONAL - A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, na forma da Lei Estadual nº 5.460/88 que a transformou de Autarquia para Empresa Pública. A PRODEPA tem por finalidade, planejar, programar, assessorar e executar as atividades relacionadas à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, prioritariamente para a administração pública estadual. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As demonstrações contábeis da EMPRESA PRODEPA foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09 e a norma NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidades. As demonstrações contábeis estão expressas em reais (R\$), salvo se indicado o contrário. **APLICAÇÃO DOS CPC'S** - A aplicação dos CPC's tem se dado nas elaborações das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo as demonstrações anuais apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidades em todos os aspectos. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - As Principais Práticas Contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistentes a todos os períodos do exercício 2021 apresentados nas demonstrações Financeiras. **BALANÇO PATRIMONIAL. 1. ATIVO - 1.1 ATIVO CIRCULANTE - 1.1.1 DISPONÍVEL - Bancos Conta de Movimentação** - Refere-se a contas de depósito mantida em instituições financeiras com o propósito de segurança e rapidez de acesso à demanda por meio dos canais disponíveis. **Aplicações de Liquidez Imediata** - São aplicações cujas rentabilidades são definidas no ato da negociação. Possuem liquidez diária e o resgate poderá ser feito a qualquer tempo sem prejuízo à rentabilidade, sendo permitido o resgate parcial e com a possibilidade de aplicar/resgatar automaticamente. **Contas a Receber – Clientes** – As contas a receber de Clientes são registradas e mantidas no Balanço Patrimonial pelo valor presente de realização desses créditos. A carteira de Clientes da empresa é diversificada, sendo a prática de venda diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a empresa está disposta a correr. **Provisão Para Devedores Duvidosos** - É um indicador contábil que informa o valor que a empresa pode perder com clientes inadimplentes. Isto é, como o próprio nome sugere, é uma estimativa contábil dos créditos dos clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados. Vale ressaltar que desde o ano-calendário de 1997, com a publicação da Lei nº 9.430/1996 (Artigo 14), essa provisão deixou de ser dedutível para fins fiscais. Para o cálculo, considera-se uma média percentual dos valores não recebidos ao longo dos cinco últimos exercícios, aplicada ao saldo de clientes a receber. Em 2020, a empresa apurou uma média de 8,06% dos últimos 5 anos, não sendo necessária a constituição de provisão para representar a realidade dos direitos em questão. Mantendo-se, portanto, o saldo de **R\$ 3.961.587,77**.

Em 2021, tivemos um índice de 5,06%. Dessa maneira, consideramos que a provisão existente ainda é suficiente para demonstrar prováveis perdas pelo não recebimento, conforme médias calculadas nos últimos anos. **Outros créditos** - É constituído pelos Títulos a Receber, Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar/Compensar, Depósitos Restituíveis e Suprimento de Fundos. **Títulos a receber** - A Rubrica representa os valores a receber por Termo de Confissão de Dívidas dos Clientes listados. **Adiantamento a Empregados** - A Rubrica representa valores que foram adiantados a funcionários e não foram realizados os descontos dos mesmos, ficando a PRODEPA, dessa maneira, com o direito de ser ressarcida. **Tributos a Recuperar/Compensar** - Os valores dos tributos passíveis de compensação, seja por recolhimentos na fonte, indevido ou a maior; são contabilizados em contas do ativo, de acordo com a legislação de regência. O total de Tributos a Compensar é de **R\$ 621.267,83**. O valor da conta Outros Tributos a Compensar corresponde ao pagamento indevido de PIS e COFINS Não Cumulativo na competência 03/2020. **Suprimento de Fundos** - São adiantamentos concedidos a colaboradores para que os mesmos executem pagamento de despesas que, por seu caráter de urgência de necessidade, não podem submeter-se aos procedimentos normais de processamento. O valor de **R\$ 8.067,35** refere-se a adiantamentos não aplicados, constituindo direito da Empresa. **Depósitos Restituíveis** - O valor dessa Rubrica é composto pelos valores de "Outros Depósitos" e "Bloqueios Judiciais", em que seus saldos foram constituídos por meio de valores a serem restituídos pela Prefeitura Municipal de Belém, por conta dos ISS recolhidos de Notas Canceladas; pelo valor bloqueado por decisão judicial da colaboradora Leila Daher e; pelo saldo não utilizado de verbas indenizatórias. A restituição do valor da conta ISS Proc. 1696/2011 tem se dado por meio de compensações, em que deixamos de recolher para a prefeitura de Belém os valores devidos do "ISS Próprio" e valores de "ISS retidos" dos nossos fornecedores de serviços. **Recebimentos não identificados** - O saldo dessa conta corresponde a valores depositados na conta 180.140-6, cujas procedências não foram identificadas pela agência até o encerramento desse exercício. **Estoques** - Os estoques estão representados basicamente por mercadorias em almoxarifado, que são consumidas nas atividades operacionais da empresa - **Despesas pagas antecipadamente** - São aplicações de recursos em despesas que permitem desfrutar de um direito no próximo exercício e que, pelo princípio da confrontação, devem ser apropriadas no exercício do benefício, independentemente da época do pagamento. A PRODEPA apresenta um saldo, em 31 de dezembro de 2021, de **R\$ 4.915.753,52** de despesas antecipadas.

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE - 1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - Contas a receber - A Conta a receber a Longo Prazo provém do parcelamento do valor de **R\$ 1.168.941,48** devido à PRODEPA pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA). **Depósitos Judiciais** - A Rubrica Depósitos Judiciais é constituída de valores depositados à Justiça do Trabalho proveniente de ações trabalhistas movidas contra a empresa. Tais valores constituem direitos da empresa mediante a probabilidade de ganho de causa por parte da PRODEPA, com valor atual de **R\$ 1.356.341,77**. **1.2.2 INVESTIMENTOS - Participações em Outras Empresas** - A empresa possui investimentos permanentes na empresa de telefonia fixa, móvel e Internet – OI S.A. O investimento está registrado pelo Método de Equivalência Patrimonial. **Provisão para Perdas em Investimentos** Provisão que visa cobrir eventuais perdas com investimentos realizados pela Empresa. **1.2.3 IMOBILIZADO** - O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A Depreciação é registrada pelo método Linear, a Empresa não adota o novo valor atribuído (Deemed Cost) de acordo com a interp retação técnica CPC – 10, por entender que o custo de formação do ativo está registrado pelo valor de mercado, as taxas de depreciação adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos Bens. **INTANGÍVEL** - É um ativo não monetário identificável sem substância física ou incorpóreo. Os bens Intangíveis da PRODEPA são formados por softwares. **2. PASSIVO - 2.1 PASSIVO CIRCULANTE - 2.1.1 Consignações a recolher** - É representado pelas obrigações de repasses a terceiros, dos valores retidos de salários dos colaboradores. **2.1.2 Fornecedores** - É representado pelos compromissos a pagar em curto prazo com terceiros, por fornecimento de bens e serviços necessários à manutenção das atividades operacionais da Empresa, valor atual de **R\$ 2.727.249,14**. **2.1.3 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - Impostos e Contribuições a recolher** - A Conta registra os tributos a recolher de responsabilidade da Empresa, assim como os retidos de terceiros nas aquisições de bens e serviços, o valor atual é de **R\$ 705.240,77**. **2.1.4 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - Obrigações Com Pessoal** - Esta rubrica deriva dos compromissos exigíveis com a mão-de-obra empregatícia da empresa. Tais compromissos são representados pelos salários, encargos (como FGTS e INSS), e outros de mesmo caráter. O valor atual é de **R\$ 780.466,70**. O saldo da conta Contribuição Sindical a Recolher corresponde ao desconto indevido na folha de pagamento na competência 06/2019 e posterior reembolso a menor de cinco colaboradores e a não devolução a dois colaboradores em 09/2019. **Provisões** - São obrigações reconhecidas com férias e encargos sobre férias. O valor atual é de **R\$ 3.375.514,46**. **2.1.5 OUTRAS OBRIGAÇÕES** - São compostas pelas rubricas *Adiantamentos de Clientes, Utilidades Públicas, Obrigações Contratuais, Parcelamento de Impostos e Encargos Sociais a Pagar, Adiantamento de Clientes* - São constituídos pelos valores pagos à PRODEPA por serviços ainda não executados, passíveis de devoluções caso não ocorra a liquidação dos serviços contratados pelos clientes. **Obrigações Contratuais** - Esta rubrica registra as demais obrigações com terceiros em curto prazo e é representada pelas Cauções Contratuais e contas a pagar de utilidade Pública. **Parcelamento de Impostos e Encargos Sociais** - É representada pelo parcelamento do Refis a curto prazo. **2.1.6 CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** - É constituído pelos Termos de Cooperação Técnica entre os entes BANPARÁ, SETET e PRODEPA. Tal termo tem por finalidade aumentar as redes de fibra ótica em todo Estado do Pará. **2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE - 2.2.1 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO - Parcelamento de impostos e encargos sociais** - A conta é representada pelo Refis parcelamento que está presente no Longo Prazo. O mesmo vem sendo amortizado conforme permissão legal que é a aplicação de de alíquota de 1,5% sobre o faturamento da Empresa. **Provisão para contingências** - Registra valores de possíveis perdas de causas trabalhistas que tramitam na justiça. Tais Valores são atualizados de acordo com pareceres e manifestações da Assessoria Jurídica da Empresa. **2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2.3.1 CAPITAL SOCIAL** - É composto por 500.000 ações ordinárias nominativas, oriundas desde a transformação da PRODEPA de Autarquia para Empresa Pública sendo único acionista o Governo do Estado do Pará. **Reservas:** As reservas representam a diferença entre o patrimônio líquido e o capital, sendo resultantes de valores entregues pelos titulares do capital que não representam aumento de capital, ou representam acréscimos de valor de elementos do ativo, ou ainda se originam de lucros não distribuídos aos sócios ou acionistas. **2.3.2 RESERVAS DE REAVALIAÇÃO** - A Lei 6.404/76 (também chamada Lei das S/A), em seu art. 8º, admitia a possibilidade, até 31.12.2007, de se avaliarem os ativos de uma companhia pelo seu valor de mercado, chamando isto de reavaliação. Na reavaliação abandonava-se o custo do bem original, corrigido monetariamente até 31.12.1995, e utilizava-se o novo valor econômico do ativo, obtido a partir de um laudo de avaliação. O valor da reavaliação do ativo imobilizado é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado, com base em laudos técnicos elaborados peritos ou entidade especializada. A partir de 01.01.2008, a Reserva de Reavaliação foi extinta, por força da Lei 11.638/2007. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização. Assim, a Reserva de Reavaliação da Empresa vem sendo realizada anualmente de acordo com a legislação específica, até que seja totalmente absorvida. **2.3.3 RESERVAS DE LUCROS** - São reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. A Reserva de Lucros da empresa tem suas bases na constituição de **Reservas de Incentivos Fiscais**, que são reservas constituídas com as receitas de subvenções para investimentos. Tais reservas não serão tributadas enquanto estiverem configuradas nessa conta, logo, a partir do momento em que for dada outra destinação para o valor existente na conta (que não seja observado o disposto no §1º), ou seja dada destinação diversa daquela prevista no caput (art. 30 da Lei nº 12.973 de 2014), a empresa será tributada pelo Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os procedimentos de absorção das Reservas pelos Prejuízos Acumulados têm como base legal o artigo 189 da Lei 6.404/76: *“Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Parágrafo único. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem”*. **2.3.4 RESULTADO DO EXERCÍCIO** - O Resultado do Exercício evidencia a formação do resultado líquido em um período, por meio do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência. Nessa sistemática a PRODEPA apresentou resultados em 2020 e 2021 respectivamente de **R\$ 6.557.758,87 e R\$ 21.679.574,41**. Os resultados positivos dos exercícios foram destinados para a constituição de Reservas de Incentivos Fiscais. Vale ressaltar que todas as receitas da PRODEPA no exercício em questão são receitas provenientes de serviços de tecnologia, microfilmagem, subvenções governamentais, multas aplicadas e rendimentos de aplicações financeiras. **Marcos Antônio Brandão da Costa - Presidente - CPF 048.051.862-91 / Carlos José Soares Raposo - Diretor Adm. Financeiro - CPF 288.995982-15 / Gustavo Bezerra da Costa - Diretor de Desenvolvimento de Sistemas - CPF 756.311.482-34 / Luiz Carlos Henderson G. de Oliveira - Diretor de Projetos Especiais - CPF 633.6744.07-87 / Maria Helena Moscoso da Silva - Diretor de Tecnologia e Comunicação - CPF 625.715.088-49 / Sandro Reis de Oliveira - Diretor de Relações Institucionais - CPF 038.110.762-05 / Odirley Rodrigues da Silva - Contador CRC/PA 014892 - CPF 687.817.252-72.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021 – Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ – PRODEPA Rodovia Augusto Montenegro – Centro Administrativo – CEP: 66.820-000 - CNPJ(MF) 05.059.613/0001-18 - Telefone (091) 3344-5217 - Belém – PA. **1) INTRODUÇÃO** - Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **2) OPINIÃO COM RESSALVA** - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3) BASE ARA OPINIÃO COM RESSALVA - 3.1 Provisão para Devedores Duvidosos:** Conforme demonstrado na Nota Explicativa da Provisão para Devedores Duvidosos, para o exercício de 2021, seguindo a metodologia aplicada pela empresa, chegou-se ao índice de não recebimento de créditos (média dos últimos 5 anos) de 11,91%, o que representaria, em termos monetários, o valor de R\$ R\$ 2.976.703,13, a título de “retificação” dos Créditos a Receber. Inobstante o índice precitado, que demonstra coerência e robustez na sua metodologia, foi mantido o valor de R\$ 3.961.587,77 a esse título, o que representa uma diferença de R\$ 984.884,64, impactando diretamente no saldo do ativo e no resultado do exercício, já que não foi revertida a despesa constituída em exercício anterior. A manutenção da provisão em valor majorado poderia encontrar guarida no Princípio da Prudência, já que superestima uma possibilidade de não realização de receita, todavia, por julgarmos que a metodologia é consistente, somos de opinião que o saldo constituído deveria ser atualizado, conferindo à informação contábil maior fidedignidade. **3.2 Imobilizado – Depreciação sobre Bens Imóveis:** A empresa não reconhece as despesas com depreciação sobre os seus Bens Imóveis – Edificações. Atualmente a PRODEPA dispõe de um acervo imobiliário depreciável (Edificações) no valor de R\$ 5.830.625,94 que, a uma taxa de depreciação de 4% ao ano, geraria uma despesa de depreciação de aproximadamente R\$ 233.225,04 por ano. Como consequência, os possíveis efeitos decorrentes da não utilização de taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado são relevantes, mas não generalizados, para o conjunto das demonstrações contábeis. **3.3 Provisão para Contingências:** O saldo registrado na conta PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (R\$ 5.096.218,35) não é atualizado desde 2016. Solicitamos relatório da Assessoria Jurídica da empresa classificando as causas em que a PRODEPA figura no polo passivo conforme preceitos da NBC TG 25, todavia, até o encerramento desse relatório, não obtivemos resposta. Razão pela qual julgamos que, caso haja distorções nos saldos consignados, essas são relevantes, mas não generalizadas, para o conjunto das demonstrações contábeis. **4) ÊNFASE – 4.1 Resultado do Exercício:** Apesar de no Resultado Líquido do Exercício, apresentado da Demonstração do Resultado do Exercício da PRODEPA, ter sido apresentado um Lucro Líquido de R\$ 21.679.574,41, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3.4, chamamos a atenção, sem modificar nossa opinião em razão do assunto, para o fato da Empresa apresentar um Resultado Operacional Bruto negativo de (R\$ 33.022.590,85). Ou seja, o Lucro Líquido apurado não teria sido alcançado caso não houvesse o recebimento de subvenções para custeio e investimentos no montante de R\$ 81.713.947,91 de seu acionista controlador, o Governo do Estado do Pará. **5) RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **PRODEPA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **PRODEPA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **6) RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **PRODEPA**. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **PRODEPA** a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **7) OUTROS ASSUNTOS - 7.1) Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria. 7.1.1 Relatório da Administração:** A administração da **PRODEPA** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precisadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar. **7.1.2 Demonstração do Valor Adicionado:** Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **7.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 19 de março de 2021, sem modificação de opinião. Belém, 18 de março de 2022. **AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S** CRC/PE 000150/O “S” PA. **Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira** Contador – CRC/PE 010483/O-9 “S” PA Sócio Sênior. **Phillipe de Aquino Pereira** Contador – CRC/PE 028157/O-2 “S” PA. **Thomaz de Aquino Pereira** Contador – CRC PE 021100/O “S” PA.